

R E S E N H A

ADAM SMITH EM PEQUIM: ORIGENS E FUNDAMENTOS DO SÉCULO XXI

ARRIGHI, Giovanni. Adam Smith em Pequim: Origens e fundamentos do século XXI.

São Paulo: Boitempo, 2008, 428p.

Leandro Bruno Santos

Doutorando em Geografia na FCT/UNESP

Este livro, publicado originalmente em inglês em 2007 [Adam Smith in Beijing: Lineages of the Twenty-first century], foi lançado no Brasil quase que simultaneamente com a edição estadunidense. Seu autor já é bem conhecido no meio acadêmico brasileiro, por meio das obras *O longo século XX: dinheiro, poder e as origens de nosso tempo*, Unesp, 1996; *A ilusão do desenvolvimento*, Vozes, 1997; e *Caos e governabilidade no moderno sistema mundial*, Contraponto, 2001.

Giovanni Arrighi, após uma luta interminável contra o câncer, faleceu em junho de 2009 aos 71 anos de idade. Como professor de Sociologia na Universidade de Johns Hopkins, Estados Unidos, Arrighi dedicou-se à elaboração de uma construção teórica original sobre o capitalismo histórico e recebeu fortes influências dos pensamentos de Karl Marx, Fernand Braudel, Joseph Schumpeter, entre outros.

Nos últimos anos, com o rápido crescimento econômico da China e o atoleiro da guerra no Iraque, sob o comando dos Estados Unidos, inúmeras obras foram lançadas a respeito de um eventual ressurgimento da Ásia oriental no cenário econômico e político e de uma mudança do poder hegemônico do ocidente. Em *Adam Smith em Pequim*, Arrighi nos oferece uma interpretação histórica e teórica original e provocante sobre a emergência da China e suas repercussões sobre o sistema mundial.

A principal tese defendida no livro é que “o fracasso do Projeto para o Novo Século Norte-Americano e o sucesso do desenvolvimento econômico chinês, tomados em conjunto, tornaram mais provável do que nunca [...] a concretização da idéia de Smith de uma sociedade mundial de mercado baseada em uma maior igualdade entre as civilizações” (p. 24). Ou seja, defende que a tentativa frustrada dos Estados Unidos, depois do atentado de 11 de setembro, de construir um império verdadeiramente global não só criou condições para um caos mundial, como ainda aumentou a possibilidade da formação de uma sociedade de mercado mundial centrada na China.

Sobre a emergência da China, Arrighi chama a atenção para dois pontos. Primeiro, apesar do poderio militar menor e da dependência do mercado estadunidense, a China não é vassala dos Estados Unidos como Japão, Cingapura, Hong Kong, Taiwan, e os Estados Unidos dependem muito mais dos produtos baratos chineses e da compra de seus títulos do tesouro. Segundo, a China vem substituindo os Estados Unidos como motor de expansão econômica na Ásia e em outras partes do mundo.

O livro contém 12 capítulos e está dividido em quatro partes. Em cada um das partes encontramos três capítulos e, ao final, um epílogo que resume as razões por que o projeto imperial americano saiu pela culatra e criou as condições para o surgimento de uma comunidade de nações *a la* Adam Smith.

Na primeira parte, **Adam Smith e a nova época asiática**, estabelece um importante diálogo com Brenner, Frank, Smith, Marx, Schumpeter, entre outros, a fim de construir seu embasamento teórico. Arrighi mostra-nos que o título do livro (Adam Smith em Pequim) é uma analogia de *Marx em Detroit*, de Tronti. Para ele, se Tronti descobriu que, em vez da Europa, os Estados Unidos foram o epicentro da luta de classes e o local apropriado à compreensão dos textos mais avançados de Marx, Wong, Frank e Pomeranz mostraram que a China do século XVIII - por ter o comércio e o mercado mais desenvolvido que a Europa - foi o local

adequado à compreensão da teoria do desenvolvimento econômico com base no mercado de Adam Smith.

A grande divergência ou inflexão entre Europa e Ásia oriental após o século XVIII ocorreu com a geração de um caminho desenvolvimentista de uso intensivo em capital e em energia na Europa – Revolução Industrial - e a geração de um caminho de desenvolvimento com instituições e tecnologias absorvedoras de grande mão-de-obra – Revolução Industrial - na Ásia oriental. Com a acumulação interminável de capital e de poder e a competição entre Estados engendrando a sinergia entre capitalismo, industrialismo e militarismo, os Estados europeus conseguiram subjugar a Ásia oriental aos seus interesses imperiais.

Antes dessa divergência, a diferença fundamental entre os dois caminhos de desenvolvimento com base no mercado não foi a quantidade de capitalistas, mas a “seqüência interminável de capital e poder” (p. 104) na Europa e “a ausência de algo comparável a essa seqüência na Ásia oriental” (p. 104). Na Europa, que seguiu o caminho “antinatural” de Smith, os capitalistas conseguiram impor seus interesses de classe junto ao Estado às custas do interesse nacional, ao passo que na Ásia oriental os capitalistas não conseguiram subjugar o Estado aos seus interesses.

Na segunda parte, **Rastreamento da turbulência global**, o autor dialoga criticamente com Robert Brenner a respeito da turbulência global entre 1973 e 1993. Para Brenner, o fim do sistema Bretton Woods, a contra-revolução monetarista de Thatcher e Reagan e os acordos de Plaza (1985 e 1995) resultam da persistência da superprodução nas principais economias centrais (Estados Unidos, Alemanha e Japão). A tese de Brenner é de que, com o desenvolvimento desigual, Alemanha e Japão atingiram um nível igual ou superior de competitividade *vis-à-vis* os Estados Unidos, ocasionando o acirramento da concorrência, a queda da lucratividade e o aumento da capacidade excedente. As valorizações e desvalorizações das moedas (dólar, yen e marco) não foram capazes de contornar a persistência da estagnação, devido à maior entrada e menor saída das empresas e à participação ativa dos governos na luta competitiva em todo o sistema.

Arrighi propõe um caminho de investigação que não focalize apenas a indústria e os aspectos econômicos, mas que incorpore também as dimensões social e política. Para ele, as ações estadunidenses nas últimas décadas do século XX não foram uma reação à queda da lucratividade, mas à perda de hegemonia no Terceiro Mundo. O projeto hegemônico estadunidense do pós II Guerra Mundial visou a “contenção do poder soviético”, mediante o controle da moeda mundial e a escalada militar. Com base num keynesianismo militar (corrida armamentista) e social (pleno emprego, consumo em massa), os Estados Unidos criaram as condições para o *boom* econômico do pós-guerra, o qual engendrou, posteriormente, o desenvolvimento desigual, o acirramento da concorrência, o excedente de produção e a queda na taxa de lucro.

A derrota estadunidense no Vietnã colocou em xeque sua capacidade de conter o avanço do comunismo e do nacionalismo no Terceiro Mundo. Para piorar, a política estadunidense de repelir as massas de liquidez fortaleceu o mercado de eurodólares e o papel dos agentes privados na oferta de dólares, enfraquecendo ainda mais sua hegemonia. A contra-revolução monetária – juros altos, incentivos fiscais e liberdade ao capital – abriu o caminho à financeirização, que proporcionou uma reação às crises de lucratividade e de hegemonia. Os Estados Unidos tornaram-se, assim, a nação absorvedora de liquidez no mundo e alcançaram “pelos meios financeiros o que não conseguiram pelas forças das armas: derrotar a União Soviética e domar o Sul debelado” (p. 155).

Na terceira parte, **A hegemonia desvendada**, chama a atenção para o fato de que a “crise sinalizadora” da hegemonia estadunidense – decorrente da derrota no Vietnã – não foi revertida, tampouco a credibilidade militar se recuperou inteiramente. Para agravar, o Projeto imperial de Novo Século Norte-Americano, cujas bases seriam o aniquilamento do Iraque e em seguida a contenção da China na Ásia oriental, saiu pela culatra. Em suas palavras, “as dificuldades dos Estados Unidos no Iraque precipitaram sua ‘crise terminal’” (p. 194). A aventura no Iraque “muito provavelmente será o último ato do primeiro e único século norte-americano, o longo ‘século XX’” (p. 199).

Se a Guerra Fria foi resolvida com as finanças a favor, atualmente o poder financeiro está contra os Estados Unidos, que não conseguem mais cobrar pela senhoriagem do mundo e pela proteção. Com isso, os Estados Unidos têm que não só depender de dinheiro da Ásia

oriental para realizar sua guerra ao terror, como ainda lidar com a China e sua importância crescente no financiamento dos *déficits* estadunidenses e no estímulo econômico da Ásia. O projeto imperial para o Século XXI, com o atoleiro no Iraque, comprometeu sua credibilidade de poderio militar no mundo, reduziu sua centralidade e de sua moeda, “fortaleceu a tendência à promoção da China como alternativa à liderança norte-americana na Ásia oriental e em outras regiões” (p. 219), bem como marcou “provavelmente o fim inglório da luta de sessenta anos dos Estados Unidos para se tornar o centro organizador de um Estado mundial” (p. 270).

Na quarta parte, **Linhagens da era asiática**, ele destaca que as alternativas de contenção da China são simplistas e esbarram na batalha travada no Iraque, na indefinição do interesse nacional e na incompreensão das tendências atuais e futuras da economia política chinesa – decorrente da pouca leitura sobre a história da economia política chinesa. A Ásia oriental foi o berço do surgimento dos Estados, do mercado e das relações interestatais. A prevalência da paz e do mercado interno desse sistema interestatal centrado na China deixou um vazio do comércio que foi ocupado pelas potências expansionistas européias que, ao aliar o capitalismo, militarismo e imperialismo, converteram a China à condição de periferia do sistema mundial e adotaram todo tipo de pilhagem.

Em sua opinião, desde finais do século XIX começou a ocorrer uma hibridação de mão dupla entre os modelos de desenvolvimento oriental e ocidental. Se em finais do século XIX a Ásia (Japão e China) seguiu as pegadas ocidentais do imperialismo, em finais do século XX o ocidente (Estados Unidos) voltou-se para o Japão e a China visando conter o avanço do comunismo, acessar as redes de empresas terceirizadas asiáticas e obter os recursos financeiros dos bancos centrais. Os principais beneficiários desse avanço não foram os capitalistas japoneses, tampouco os estadunidenses, mas os capitais ultramarinos da diáspora chinesa.

Arrighi finaliza com o destaque às reformas smithianas adotadas na China, quais sejam, o gradualismo das reformas econômicas visando expandir e atualizar o divisão social do trabalho, a expansão maciça da educação, a subordinação dos interesses capitalistas ao interesse nacional, o estímulo à concorrência capitalista, o papel preponderante dado ao mercado interno e a melhoria nas condições de vida nas áreas rurais. Apesar da menção ao aumento das desigualdades e dos movimentos sociais, deixa claro que sua preocupação não é com o destino da tradição socialista da China, mas “com as conseqüências mais amplas da ascensão chinesa para as relações entre as civilizações do mundo em geral” (p. 382).

No epílogo, explora-se a possibilidade de uma nova Ordem Internacional - centrada no “Consenso de Pequim” - marcada pelo localismo e pelo multilateralismo político e cultural. Arrighi destaca as possibilidades criadas pela contra-revolução monetarista de enormes *superávits* acumulados pelo Sul, que podem representar um instrumento de emancipação, desde que, em vez de financiar os *déficits* estadunidenses, sejam usados na forma de empréstimos menos exigentes, de investimentos diretos e de compra de títulos nos países do Sul. É necessário, porém, que os grupos dominantes do Sul (Índia e China) abram um caminho “capaz de emancipar não só seus países como o mundo todo da devastação social e ecológica provocada pelo desenvolvimento capitalista” (p. 389).

Sem dúvida alguma, o livro, pelos destaques históricos e pela proposição teórica original, deve ser leitura obrigatória àqueles que pretendem inquirir sobre geopolítica, imperialismo e hegemonia neste século. No entanto, a obra exige duas considerações importantes. Primeiro, é muito discutível a permanência de uma economia de mercado não-capitalista na China, à medida que recebe investimentos estrangeiros e aprofunda a acumulação de capital. Segundo, os investimentos chineses (públicos e privados) que vêm sendo realizados no exterior – à busca de matérias-primas, principalmente – e o aumento das trocas internacionais com o mundo, mais do que a busca de “segurança nacional” smithiana ou a emancipação do Sul, sinalizam para novas relações de dependência e para uma nova corrida imperialista que, mais cedo ou mais tarde, se chocará com os interesses estadunidenses.

